



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1

INDICATIVO Nº 24 DE DE DE 2014

Dispõe sobre a compensação de crédito tributário com débito do Estado do Piauí decorrente de precatório judicial.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a compensação de crédito tributário inscrito na Dívida Ativa com débito da Fazenda Pública, inclusive de autarquias e fundações, do Estado do Piauí, decorrente de precatório judicial pendente de pagamento.

Art. 2º A compensação de que trata esta Lei é condicionada a que, cumulativamente:

I - o precatório:

- a) esteja incluído no Orçamento do Estado;
- b) não seja objeto de qualquer impugnação ou recurso judicial, ou, sendo, haja a expressa renúncia;
- c) quando expedido contra autarquia e fundação do Estado, seja, especificamente para o fim da compensação, assumido pela Fazenda Pública Estadual.

II - o crédito tributário a ser compensado:

- a) tenha sido inscrito na Dívida Ativa há pelo menos 24 (vinte e quatro) meses;
- b) não seja objeto, na esfera administrativa ou judicial, de qualquer impugnação ou recurso, ou, sendo, haja a expressa renúncia.

III - o pedido de compensação seja submetido à análise prévia:

- a) da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), obtendo parecer favorável sobre a possibilidade jurídica do negócio;
- b) da Secretariada Fazenda, sobre o interesse e a conveniência na realização da compensação pela Administração Pública;

IV - o valor do precatório e o do crédito tributário, observada a respectiva legislação, sejam apurados até a data do parecer da PGE, a efetivação da compensação dar-se-á no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 3º A compensação de que trata esta Lei:

- I - importa confissão irretratável da dívida e da responsabilidade tributárias;
- II - aplica-se a débito da Fazenda Pública Estadual ou de autarquia e fundação do Estado em poder do respectivo titular, do sucessor ou do cessionário a qualquer título;
- III - extingue o crédito tributário, parcial ou integralmente, até o limite efetivamente compensado;
- IV - alcança o valor devido pelo sujeito passivo, relativo às despesas processuais e honorários advocatícios.

Parágrafo único. A iniciativa para a realização da compensação não suspende a exigibilidade do crédito tributário, a fluência dos juros de mora e dos demais acréscimos legais, nem garante o seu deferimento.

Art. 4º O pedido de compensação deve ser dirigido ao Secretário da Fazenda com a indicação do valor do crédito tributário e do precatório a serem compensados.



ESTADO DO PIAUÍ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

2

Art. 5º Efetivada a compensação, subsistindo saldo de precatório ou de crédito tributário, o valor remanescente permanece sujeito às regras comuns do débito ou do crédito preexistente, conforme o caso, previstas na respectiva legislação.

Art. 6º É competente para homologar a compensação o Secretário da Fazenda do Estado do Piauí, mediante expedição de ato próprio.

Art. 7º O Chefe do Poder Executivo poderá expedir decreto para a regulamentação desta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PETRÔNIO PORTELA, em Teresina (PI), 25 de novembro de 2014.

Dep. **THEMÍSTOCLES FILHO**

Presidente


Dep. **FÁBIO NOVO**

1º Secretário


Dep. **HELIO ISAÍAS**

2º Secretário

